



CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS, GÊNERO E TRABALHO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Stefany Rettore Garbin¹

O presente trabalho propõem possibilidades de análise acerca dos fatores discursivos e hierárquicos do feminino no trabalho. Inicia-se aqui, um debate entre diversos autores e seus conceitos, buscando dentro da disciplina de História e do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, aproximar discussões a cerca de gênero, formação discursiva, trabalho e classe. Procurou-se pensar tanto as diferentes formações discursivas em torno de mulheres e homens, quanto as posições-sujeito que estes tomam nas relações de trabalho.

A Análise do Discurso entende a linguagem como mediação, discurso entre a interpretação do homem sobre a realidade. Esse trabalho simbólico, trabalho da ideologia, do inconsciente, dado na situação espaço-temporal como acontecimento *se dá com o homem na história*. “Fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação.” (ORLANDI, 2010, p.68) Porém mais do que nos movendo na história: “Nadamos no passado como o peixe na água, e não podemos fugir disso.” (HOBBSAWM, 1998, p. 35)

Enquanto sujeitos, somos identificados e desidentificados com ideologias, tomamos diferentes posições, nos deslocamos, enfim, o que não podemos é não interpretar, não nadar. Justifica-se assim a importância das observações históricas sobre a AD, bem como do olhar analítico da AD sobre a história para que seja possível compreender as interpelações entre uma e outra. Sendo que a maioria das análises recentes sobre gênero apontam para a existência de um discurso, se faz necessário um dispositivo teórico-analítico que possibilite traçá-lo.

Joan Scott (1994), importante teórica no debate de gênero, próxima a linha da Análise Crítica do Discurso, afirma que nas relações de gênero existem processos políticos conflitivos onde os significados se estabelecem. A instauração desse jogo de forças na implementação do significado é que nos leva a perguntar a quem interessa controlar e implementa-los. Ela coloca duas definições a cerca de gênero: gênero é o saber a respeito das diferenças sexuais e a organização social da diferença sexual (SCOTT, 1994, p. 12-13). Outras definições ainda são trazidas por ela, entretanto, a pertinência dessas duas, coloca-se no sentido atribuído a palavra “saber”.

Ela define o saber, portanto o saber sobre homens e mulheres, enquanto uma compreensão produzida pela cultura: “um conceito de interesse discursivamente produzido, relativo e contextualizado” (idem, p. 17). A partir da Análise do Discurso, entendendo o “saber” como uma

¹ Aluna de graduação do curso de Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC – CNPq.



formação discursiva (ORLANDI, 2011), pode-se então inferir que *gênero é o discurso que materializado na História (e vice versa) organiza as relações sociais*. Cabe questionar então, de que forma esses sujeitos, homens e mulheres, identificam-se nas diferentes formações discursivas.

Porém antes disso, é necessário definir alguns entendimentos a cerca dos conceitos acima explicitados. De acordo com Pêcheux (1990), o sujeito do discurso é duplamente afetado, pela estrutura social em que se encontra e pela inconsciência de suas motivações e propósitos. Ele é, portanto, histórico, ideológico, inconsciente e mais do que desdobrado. A formação discursiva é a forma como esse sujeito relaciona-se com a ideologia: “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) (INDURSKI, 2008, p.11 apud PÊCHEUX, 1988)”. Tal identificação ocorre pelo viés da forma-sujeito, que é um sujeito ideal.

Mas essa identificação, ou tomada de posição em relação a forma-sujeito e a formação discursiva deve ser relativizada. De acordo com Pêcheux (1990), a unicidade da forma-sujeito é imaginária, o que permite diferentes formas de identificação com a mesma gerando diferentes posições em relação a formação discursiva. Também pode ocorrer a desidentificação, que gera tanto uma diferença na formação discursiva quanto um deslocamento de sentido. No entanto, quanto a esta última e tratando-se de um estudo de gênero, é importante ressaltar que essa desidentificação não é uma libertação do sujeito do discurso: a ideologia permanece. A desidentificação também não representa “um processo de desassujeitamento, uma dessubjetivização ou um apagamento do sujeito: o sentido não ‘morre’”. (INDURSKI, 2008, p.14).

Ao se desidentificar de uma formação discursiva ele já está, inconscientemente, identificando-se com outra. Assim, a contra-identificação introduz no interior de um domínio de saber diferentes modos de lidar com os saberes desta formação discursiva e com a ideologia que perpassa-a. É a fragmentação da forma-sujeito que gera diferentes posições-sujeitos com diferentes modos de relacionar-se com a ideologia. As posições-sujeito podem ser diferentes, mas sempre identificadas com a forma-sujeito. Na contra-identificação os saberes convivem de forma conflitante e tensa e geram acontecimentos enunciativos.

Já a desidentificação está na origem dos novos sentidos que até então não eram possíveis de ser pensados, não é apenas uma divergência com a formação discursiva. Ela leva ao surgimento de um novo sujeito histórico, de um acontecimento discursivo, ou seja, a desidentificação com a forma-sujeito.

Voltando-nos novamente a questão de gênero, para Bourdieu (2011) a dominação masculina vai além do discurso e é mais do que resultado de outros fatores como poderia supor a história social. Existe um *habitus* que naturaliza ações e expressões culturais. Sem concentrar-se na formação discursiva, Bourdieu (2011) busca um enfoque capaz de apreender o próprio simbólico da dominação



masculina. Segundo ele, as diferenças de gênero são esse longo trabalho coletivo de socialização do biológico:

“A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificativa: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 2011, p. 18).

Portanto, a naturalização histórica de que sofre a submissão feminina, parece apagar os acontecimentos enunciativos que visam manter a ordem ideológica. Propõe-se aqui, que existe um ideal feminino produzido pela ideologia dominante, ou seja, uma forma-sujeito de ser mulher. Entende-se o feminino como uma forma-sujeito construída historicamente e naturalizada, sendo assim, ela mesma uma determinada formação discursiva: do que é ser mulher em determinada sociedade. Esta mulher, ou este feminino, pode, assim, inscrever-se em diversas posições-sujeitos que situam um lugar, social e histórico.

Se, ao desidentificar-se de uma FD o sujeito inconscientemente já identifica-se com outro domínio do saber e partindo do pressuposto de que há uma forma-sujeito do feminino do discurso dominante, vale questionar se existem mulheres desidentificadas a essa FD e se o próprio feminismo é desidentificado. Segundo Bourdieu, apenas uma ruptura, interpretada aqui como uma desidentificação, poderia transpor essa lógica e levar a uma verdadeira emancipação feminina. Dessa forma, ele afirma que às mulheres não basta consciência de classe, pois seria apenas mais uma contra-identificação. Segundo ele, é papel da história deshistoricizar essa construção que ela mesma produz e reproduz através da memória, presente no discurso. Porém, se não nos desidentificamos, de que ordem seriam essas contra-identificações proporcionadas no movimento feminista e discussões de gênero? Quais foram os deslocamentos de posições-sujeito feitos até então?

Na leitura de diversos autores, muitas afirmações soam próximas e até mesmo complementares, mesmo que se tratando de linhas diferentes. As representações históricas do passado, naturalizadas, ajudam a construir o gênero no presente (SCOTT, 1994). Na perspectiva da história, de acordo com Hobsbawm (1998), o passado é padrão para o presente e as inovações ocorrem nos interstícios de um passado construído socialmente e formalizado pelas circunstâncias, sem romper com o sistema; assim ele supõe que: “[...] ficando as outras coisas como estão a tecnologia no sentido mais amplo pertença ao setor flexível, e a organização social e a ideologia ou sistema de valores, ao setor inflexível.” (HOBBSAWM, 1998, p. 24). Ele afirma ainda que alguns modelos rígidos podem ser modificados sem serem necessariamente rompidos, onde a inovação é reformulada no que ele denomina como não-inovação.

Acontece que existem poucas maneiras de legitimar uma inovação dentro de uma sociedade, principalmente quando esta busca romper com a organização social. A não ser que se faça uma justificativa anti-histórica (religiosa) a justificativa vem do passado. Quando as mudanças tecnológicas tencionam o passado para além de seu alcance ele deixa de ser padrão do presente ele se torna uma máscara para a inovação. Sempre haverá tentativas de restaurar o passado, seja físico ou moral,



sendo que o último visa a ser efetivo enquanto o outro permanece simbólico. Enquanto rápidas mudanças tecnológicas podem ser saudadas e assimiladas por determinado grupo, mudanças nas relações humanas poderiam ser impossíveis de ser assimiladas (HOBSBAWM, 1998).

Quando se afirma que existe uma forma-sujeito feminino e uma formação discursiva do ideal de mulher não se ignora os desdobramentos da forma-sujeito e a fragmentação da forma-sujeito. Entretanto, o discurso da “boa mulher” parecer realmente seguir uma unicidade imaginária, independente das diferentes posições-sujeito que diferentes mulheres possam tomar. Sendo que qualquer mudança social, mesmo discursiva, localiza-se no que HOBSBAWM (1998) denominou inflexível, qualquer nova FD teria um contraponto nessa justificativa, no passado e, portanto, no discurso homogêneo da mulher: uma não-inovação, fragmentação da forma-sujeito gerando uma nova posição sujeito, uma eterna contraidentificação como coloca Bourdieu (2011).

Um dos importantes deslocamentos, destacados pela historiografia do século XX é a entrada da mulher no mercado de trabalho a partir da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Entretanto, Saffioti (1976), questiona essa perspectiva, problematizando, não só o conceito de trabalho expresso nessa afirmativa, como o tipo de trabalho ao qual a mulher foi lançada pelo capitalismo. Seria o trabalho, o meio de emancipação feminina?

De acordo com a perspectiva ontológica de Antunes (2009) com base em seus estudos sobre a ontologia do ser social de Luckács, o trabalho é uma função social vital e é fator de humanização. Com a subordinação do trabalho ao capital, este tem de reconhecer outro sujeito acima de si mesmo, deve assujeitar-se. A questão de gênero virá a incidir também na divisão do trabalho. No âmbito produtivo e reprodutivo do trabalho, o capital tem se apropriado dessa divisão como um fator a mais de exploração. Assim, mesmo que o trabalho pudesse ser, enquanto fator econômico, importante na emancipação feminina, a desvalorização de sua mão de obra e as exclusões do mercado recaem sobre elas como mais uma forma de dominação e mais uma forma de exploração pelo capital.

Cabe, pois, indagar, se à mulher, enquanto membro da categoria de sexo, sempre dependente e submissa, o sistema em questão chegaria a oferecer plenas possibilidades de integração social. A determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria constitui o melhor índice de sua integração na sociedade de classes. (SAFFIOTTI, 1976 p. 31)

Segundo Saffioti,(1976) é difícil distinguir o que é um movimento das próprias mulheres e o que é regido pelas mudanças no sistema produtivo e na estrutura de classes, ela afirma que “as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas” (idem, p. 34). A melhor integração da mulher à sociedade de classes foi o trabalho, este com todas suas limitações. Assim, a mulher é duplamente desvalorizada, pela superestrutura e estrutura, é duplamente explorada, enquanto classe que vive do trabalho e enquanto detentora da dupla jornada: fora e dentro e casa. É assujeitada, enquanto constantemente identificada com a forma-sujeito de mulher de uma formação discursiva dominante.



Para Bourdieu (2011) não basta a luta de classes para as mulheres, para Saffioti (1976), a luta das mulheres é inseparável da luta de classes. É inseparável, pois as mulheres trabalham e aí se encontram ideologicamente permeadas também. Estando limitadas potencialmente pela classe é preciso que constantemente se renove (na não-inovação) as determinações sexuais. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição.” (THOMPSON, 1987, p. 11-12) As disputas de classe e gênero não se dão apenas no campo cultural, simbólico e ideológico ou em torno das relações de produção. Assim como as formações discursivas se dão de um plano material para o simbólico e vice-versa, o mesmo se dá na relação entre experiência e consciência de classe: ou seja, ambos são sempre históricos. A experiência é determinada pelas relações de produção e organização do trabalho vivenciada, mas nunca podemos supor sua consciência.

Além da problemática interna da classe, há de se pensar a experiência das mulheres dentro de uma classe, ou seja, a consciência de classe sobrepõe-se a consciência e solidariedade entre indivíduos de um mesmo sexo (Saffioti, 1976). Portanto, há um inconsciente ideológico de classe que impede que empregada e patroa (por exemplo) se reconheçam como iguais na categoria sexo. A integração das mulheres na sociedade de classes, da produção, do mercado, depende de um novo olhar sobre o trabalho da mulher.

Se as mulheres incorporam a dominação (BOURDIEU, 2011) seriam então, elas mesmas, identificadas com a FD feminina. Entretanto, rejeita-se aqui a ideia de “dominação masculina” e admite-se a de relação de gênero, que nada mais é que uma relação de poder, uma construção. Faz-se necessário evidenciar ainda, que apesar de reconhecer a importância teórica das colocações de Antunes (2009) sobre trabalho, rejeita-se o pressuposto marxista ultrapassado de que a mudança na estrutura social e na organização do trabalho seria por si só fator de emancipação feminina e somente feminina.

De acordo com Scott (1994), não basta identificar as mulheres no passado já que isso não muda necessariamente a importância atribuída a suas atividades. Não basta à história, apenas contar-se. É preciso pensar como esses elementos de estabelecimentos do passado, do discurso, da memória tem recaído sobre as mulheres e sua inserção na sociedade. A quem interessa implementar sentidos? Qual a materialidade no passado a partir da qual isso se constrói? Como eles são identificados e materializados no discurso? O que se aplica desse debate às questões de gênero? Muitas questões ainda ficam à ser respondidas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença
Porto Alegre, de 15 a 18 de outubro de 2013

INDURSKI, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prata, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PECHEUX, M. Análise automática do discurso. In: Gadet, F. & Hak, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 1990

SAFFIOTI Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu (3)**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1987. 3 v. (Coleção oficinas da história; 5)